

Conservadorismo enquanto ideologia-política e peleja histórica do Serviço Social

Conservatism as a political ideology and a historical struggle of Social Work

Francisco Flavio Eufrazio*

Resumo: O trabalho reforça que o conservadorismo foi e permanece sendo uma peleja histórica do Serviço Social e que se expressa ideológica e politicamente na estrutura societária nacional. Apresenta breves análises sobre as influências do conservadorismo na formação das relações sociais e argumenta que elas são mantidas pelo setor burguês para impedir o fenecimento do sistema de classes que se formou no país. Indica que o conservadorismo, enquanto ideologia-política, ainda incide sobre o Serviço Social, principalmente via espaços sócio-ocupacionais, e considera que o rompimento definitivo com tal fenômeno, por parte da categoria profissional, será possível quando ocorrer o fenecimento do sistema de classes.

Palavras-chaves: Conservadorismo; Espaços sócio-ocupacionais; Serviço Social.

Abstract: The work highlights that conservatism was and remains a historical struggle of Social Work, which is expressed ideologically and politically in the national societal structure. It presents brief analyses of the influences of conservatism on the formation of social relations and argues that they are maintained by the bourgeois sector to prevent the disappearance of the class system that has been formed in the country. It indicates that conservatism, as an ideology-politics, still affects Social Work, mainly via socio-occupational spaces, and considers, based on a literature review, that the rupture with this phenomenon, on the part of the professional category, will only be possible when the class system that was formed.

Keywords: Conservatism; Socio-occupational spaces; Social Work.

Introdução

Rasgos axiais sobre o problema. Preliminarmente, segundo Netto (2011), o sincretismo é

O fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. *O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social* (Netto, 2011, p. 92).

Considero que o sincretismo representa a mescla de circunstâncias distintas, como: a

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6835-349X>

arcaização do moderno e a modernização do arcaico (Fernandes, 1975). O sincretismo é um fenômeno que simboliza uma incompatibilidade de conjunturas desiguais coexistindo. Ele se apresenta predominantemente nas relações sociais mediante eventualidades, acontecimentos, episódios etc. que se contrapõem à dita sociabilidade moderna ao reviver e revitalizar anacronismos incompatíveis com os avanços teleológicos e ontológicos da humanidade no tempo presente. Dessa forma, o sincretismo acaba limitando mudanças sócio-estruturais profundas e capazes de romper com a ordem societária vigente, por isso, compreendo o sincretismo como uma contradição do sistema capitalista.

O sincretismo que desenvolve o Serviço Social (Netto, 2011) é processado pelo desenvolvimento capitalista, tanto ideológica quanto politicamente. Ele se manifesta de forma objetiva e subjetiva, também mediante práticas conservadoras que o perpetuam e, ao perpetuá-lo, se conservam. Neste caso, e concordando com Souza (2020), reforço: o sincretismo é uma expressão do conservadorismo que, somado ao ecletismo, (re)produz agravos no Serviço Social, já que “o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o [exercício] profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente” (Boschetti, 2015, p. 639).

Para Souza (2020), ainda é necessário tratar o conservadorismo, assim como sua expressão sincrética e eclética, enquanto problemáticas a serem enfrentadas em suas dimensões sócio-históricas, teóricas, culturais, políticas e ideológicas. Ainda segundo o autor, o Serviço Social deve compreender o conservadorismo enquanto fenômeno presente na totalidade das relações sociais, percebendo-o enquanto determinação estrutural dotada de raiz político-ideológica, arraigada e nutrida nas/pelas contradições capitalistas, para efetivar definitivamente a tão aspirada ruptura com a estrutura sincrética do Serviço Social de notoriedade conservadora.

O conservadorismo ainda se apresenta enquanto peleja histórica do Serviço Social (Maranhão, 2016), ao incidir precipuamente sobre a profissão via espaços de trabalho, os quais carregam consigo tensões de classes e disputas de projetos societários que podem gerar complicações na operacionalidade do exercício profissional, seja pela incidência da autonomia relativa (Iamamoto, 2012) sobre o profissional inserido tanto dentro, quanto fora dos espaços de trabalho das políticas públicas e sociais, seja pela via da regressão ou retirada de direitos sociais, mediante a desproteção social do Estado que negligencia e vilipendia a questão social, a partir da ideologia-política conservacionista e reacionária capaz de (re)definir o papel e a função do Estado diante dela (questão social), o que pode impactar, direta ou indiretamente, nas condições e relações de trabalho de assistentes sociais (Moura, 2019).

Tais possíveis circunstâncias indicam que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, ainda que ancorado numa perspectiva crítica, política e

ética, não é alheio às contradições, tampouco às ideologias do sistema capitalista que incidem tanto sobre o exercício profissional quanto sobre as suas instituições empregadoras.

A questão do conservadorismo e suas repercussões tradicionalistas e restauradoras também se apresentam como problemáticas cruciais ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, ao repercutirem nos princípios norteadores da profissão, sobretudo naqueles referentes¹ ao compromisso da categoria profissional com a emancipação humana (Souza, 2020). Além disso, o conservadorismo presente nas relações sociais tem produzido no interior da categoria profissional pensamentos e análises que afirmam haver um hiato entre formação e exercício profissional, ao fomentar pensamentos de que há “um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterados” (Boschetti, 2015, p. 638).

Ocorre que o conservadorismo é politicamente ideológico (Souza, 2020). Ele se fez e se faz presente em todas as relações sociais, especialmente no exercício da categoria profissional nos espaços sócio-ocupacionais, ainda possivelmente por práticas tradicionais, burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico, as quais podem ser impostas muitas das vezes de maneira compulsória sobre o profissional (Martinelli, 1989). Assim, podendo resultar num exercício profissional desassociado da práxis e reverberar em práticas policialescas, classistas e de culpabilização do usuário dos serviços, programas, projetos e benefícios das políticas públicas e sociais, já que essas possíveis práticas tendem a ser influenciadas por perspectivas teóricas pós-modernas, positivistas, funcionais e estruturalistas, as quais circunscrevem os possíveis danos das influências ideológicas do conservadorismo no “saber-fazer” profissional. Uma vez que, direta ou indiretamente, “são [...] decisivas as tendências conservadoras da política institucional do Estado brasileiro, com as quais se relacionam mais diretamente as entidades representativas do [Serviço Social e o exercício profissional]” (Souza, 2020, p. 37).

Evidentemente, tais circunstâncias podem impactar porventura o Serviço Social, em geral, e o exercício profissional em particular, seja por uma possível “corrosão” do estatuto teórico e político da profissão via ecletismo: o qual constitui uma dimensão que tende “a reproduzir traços do conservadorismo no Serviço Social, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância do conservadorismo crescente na sociedade brasileira” (Souza, 2020, p.

¹ Ver em específico o Código de Ética do Serviço Social, principalmente seus princípios fundamentais. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

64); ou por uma possível “colisão” com estatuto profissional do Serviço Social, ao afetar os princípios norteadores da profissão via conservadorismo: o qual tende a manter “sua influência, contraditoriamente, no cotidiano do Serviço Social como profissão e como área de conhecimento” (Souza, 2020, p. 64).

Ainda assim, é preciso reconhecer que tais fenômenos (ecletismo e conservadorismo) não são requisitados ou mesmo vilipendiados pelo Serviço Social, ao contrário, eles são impostos à categoria profissional mediante “um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional” (Iamamoto, 2014, p. 424).

Situado isso, resta ratificar que o objetivo do trabalho é apresentar breves análises sobre o conservadorismo enquanto ideologia-política: implementada e mantida como substrato das relações sociais pelos setores burgueses na perspectiva de impedir possível fenecimento do sistema de classes que se formou e se desenvolve no Brasil. Em seguida, tem em vista indicar como o conservadorismo se apresenta no Serviço Social, destacando o espaço sócio-ocupacional² que emprega assistentes sociais como uma das vias para a incidência do conservadorismo sobre a profissão. Por fim, argumenta que o conservadorismo enquanto ideologia-política ainda repercute negativamente no Serviço Social, e considera que o rompimento com tal fenômeno por parte da categoria profissional será possível quando ocorrer o fenecimento do sistema de classes.

As reflexões aqui apresentadas são resultadas de revisões bibliográficas. Em especial, recorreu-se à tese de doutorado de Jamerson Murillo Anunciação de Souza — “*Tendências ideológicas do conservadorismo*” —, na perspectiva de compreender o conservadorismo enquanto ideologia-política. Artigos e livros também foram utilizados na construção da análise, tais como Iamamoto (2014; 2009), Netto (2011), Mota (2012), Boschetti (2015), etc. Quanto à bibliografia referente às influências do conservadorismo nas relações sociais no Brasil, uma obra em particular se destaca: “*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*”, de autoria do sociólogo Florestan Fernandes (2008). Ao priorizar tais bibliografias, visei compreender as influências da ideologia-política do conservadorismo no Brasil e no Serviço Social, na perspectiva de contribuir ao debate e no combate ao conservadorismo.

² Não há destaque em especial de nenhum espaço sócio-ocupacional. Elaborei minha análise a partir do entendimento de que todos os espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais, em alguma medida, são campos de disputas de interesses de classes antagônicas, bem como são espaços receptores e propagadores do conservadorismo, devido à sua natureza contraditória (Moura, 2019; Iamamoto, 2009).

Breve análise da ideologia-política do conservadorismo (e suas influências) no Brasil

O conservadorismo tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos. [...] A razão disso é o significado social que o pensamento e a práxis conservadoras representam. Em um país de inserção periférica, dependente [...] no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras, em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política (Souza, 2016, p. 360).

O conservadorismo presente nas relações sociais que se constituíram (e se constituem) no Brasil, de característica razoavelmente distinta de “outros conservadorismos” presentes em países de formação econômica clássica, mas, ao mesmo tempo, imprimindo certas similaridades constitutivas “abrasileiradas”, parece resultar de amálgamas políticas e ideológicas mediante aproximações com o fascismo e com o bonapartismo (Souza, 2020). Sua composição, oriunda de ideologias políticas ultranacionalistas, autoritárias e ditatoriais, somada à personificação de tradições, valores e princípios reivindicados pela classe sociorracial, política e economicamente dominante como verdades intransigentes, é frequentemente (re)atualizada para (re)definir métodos conservacionistas e inibidores de mudanças radicais e profundas capazes de romper com as “revoluções” dentro da ordem (Fernandes, 2008).

Suas influências tendem a “acentuar elementos de uma herança histórica que, mediante contradições, não foi inteiramente superada” (Souza, 2020, p. 275). E, pelo que é perceptível pelo que ocorreu e se agravou no governo Bolsonaro, elas permanecem presentes “no cotidiano e nos interesses das classes dominantes e dominadas, influenciando, sobretudo, suas escolhas políticas, ideias, valores, costumes e relações sociais” (Souza, 2020, p. 275).

Acerca destas influências, é preciso lembrar que o padrão de civilização conservador vigente no Brasil, agudizado com a latência do autoritarismo e da autocracia burguesa no governo Bolsonaro (Pereira, *et al.*, 2021), não é uma adversidade societária contemporânea, tampouco essencialmente autêntica: ele foi “transferido ou transplantado de fora, [...] por via de herança cultural e de participação contínua nos processos de transformação dessa civilização, ocorridos nos centros originais de sua elaboração e irradiação” (Fernandes, 2008, p. 141), com a perspectiva de garantir estabilidade das posições estratégicas para o setor político e economicamente dominante na estrutura das classes sociais em disputa, mediante a arcaização do moderno e a modernização do arcaico sobre bases conservadoras capazes de centralizar o monopólio do poder sob o controle de uma de suas facções (Fernandes, 1975; 2008).

Como fenômeno utilizado para preservar o domínio do poder da classe sociorracial, política e economicamente dominante, inerente à atual organização da sociedade no complexo

econômico urbano-industrial, o conservadorismo elaborado no país foi mais requisitado após a finalização da produção de base escravista, em meio a um potencial desequilíbrio e instabilidade das relações sociais desiguais, sobretudo pelos setores burgueses na perspectiva de conservar política e ideologicamente a consolidação e expansão do capitalismo brasileiro ao velho estilo das elites senhoriais.

Com isso, [estou convencido] de que a formação do “conservadorismo à brasileira” emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário “clássico” e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital (Souza, 2020, p. 278).

Neste caso, viso argumentar que o conservadorismo enquanto ideologia-política serviu de substrato para preservar as disparidades entre as classes sociorraciais e conduzir uma processualidade de mudanças políticas e econômicas tipicamente capitalistas, preliminarmente sob o signo do liberalismo e posteriormente sob o signo do neoliberalismo.

Foi especialmente a partir de 1930, se agudizando em 1970, mas também em 2008, sobretudo a partir do crescimento das teorias irracionais e acríticas, que o conservadorismo possibilitou como ainda tem possibilitado estabilidade para o desenvolvimento da burguesia nacional, muito vinculado ao agravamento da questão social e de sua negligência, principalmente por parte do Estado, ao revitalizar uma cultura conservadora no enfrentamento da questão social (Mota, 2012).

Ocorre que os meios de “enfrentamento” da questão social muitas das vezes são destituídos de significados políticos, do ponto de vista histórico e teórico, os quais desvinculam a compreensão do surgimento da questão social da lei geral da acumulação, da centralização e da concentração de capitais, bem como da intervenção do Estado diante das desigualdades sociais e da constituição e ingresso da classe trabalhadora no circuito social, exigindo seu reconhecimento de classe social por parte do Estado e do empresariado (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A administração da questão social nesta sociabilidade, marcada por reformas paliativas, não aspira resultar em sua superação como uma prática de transformação e eliminação da ordem social que lhe determina. Ao contrário, a questão social tem sido “enfrentada” mediante ações restauradoras e conservadoras nos marcos da sociedade burguesa (Mota, 2012). Em outras palavras, o trato da questão social, nos marcos da ordem vigente, é condicionado a “políticas e reformas sociais que mantêm intocadas a propriedade privada e a exploração do trabalho

alheio” (Mota, 2012, p. 27).

Tal realidade parece estar relacionada a parâmetros alienantes/alienadores e inibidores de entendimento crítico sobre a questão social e sobre o sistema político-econômico que a constitui. Isso porque a ideologia-política expressa pelo conservadorismo, ao mesmo tempo, em que funciona como mecanismo resguardador da ordem vigente, também determina a compreensão sobre ela, ao condimentar pensamentos, ideias, valores, crenças e relações sociais que a percebem como normalidade e insuperável; e ao fomentar concepções de realidade fetichizadas e reducionistas apoiadas em experiências limitadas e em abordagens irracionais sobre a complexidade e totalidade do real, acaba por garantir que as bases de produção e reprodução do sistema capitalista permaneçam intactas e inalteráveis.

Acerca da temática, Rodrigues (2012), em seu trabalho “*O estruturalismo e a miséria da razão: bases para uma crítica a Foucault*”, chama a atenção para as influências das perspectivas teóricas acrílicas relacionadas às tentativas de compreensão da realidade concreta. Ao analisar as abordagens de Foucault apoiadas em experiências reducionistas da realidade, a autora defende que elas são elaboradas mediante abstrações superficiais e irracionais que reduzem a razão, a intelectualidade e o entendimento à imediaticidade pragmática, deixando de fora a compreensão dialética por se “aferrar a uma modalidade operativa racional essencialmente limitada, cujos procedimentos dedutivos e lógico-matemáticos que lhes são próprio[s] [...] deixam escapar a dinâmica contraditória e processual dos fenômenos” (Rodrigues, 2012, p. 168).

São abordagens analíticas que tiveram proporções significativas associadas às complicações próprias do sistema capitalista e como esse sistema as utiliza em sintonia com o conservadorismo: pois “as influências conservacionistas se mantiveram tão fortes e em condições de neutralizar o impacto das influências inovadoras no comportamento social [inteligentemente crítico]” (Fernandes, 2008, p. 109).

O momento histórico e factual de sua generalidade, pelo que se pode inferir de Souza (2020), ocorreu no último quartel do século XX, precisamente durante a década de 1970, com o neoliberalismo representando, cognoscível e criticamente, a decadência liberal e sociometabólica do sistema capitalista (Mészáros, 2011). Além disso, houve nesse período a proliferação de perspectivas pós-modernas, estruturalistas e pós-estruturalistas, reivindicando a refutação de teorias como marxismo, mas que não cunham abordagens de totalidade, tampouco apresentam mediações relativas às opressões, explorações, desigualdades e dominações do respectivo sistema, por associarem contradições próprias do capitalismo à meritocracia, por exemplo.

Associações como essas têm resultado na manutenção das condições reais da produção capitalista e naquelas referentes à sua reprodução (Mandel, 1982), seja pela via da alienação, da fetichização, da reificação ou da manipulação, que por vezes repercutem em pensamentos petrificadores da realidade, os quais podem induzir uma percepção do real de maneira naturalizada; além de poderem fragmentar a totalidade e a luta da classe trabalhadora enquanto unidade de diversos, ao fomentar a perspectiva do identitarismo.

Essas ações são potenciais estimuladoras de determinações e de justificativas políticas e ideológicas que podem conferir pontos de vista significativamente diferentes aos sujeitos sociais, segundo suas posições sociais em relação aos instrumentos disponíveis de controle social, mantidos por uma tradição culturalmente conservadora. No Brasil, a cultura conservadora inerente ao “sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (Mészáros, 2004, p. 13)³. Suas repercussões tendem a manter estruturas sociais que “continuam a ter vitalidade para preservar técnicas arcaicas legalmente proscritas de controle autoritário do poder, enquanto as sociais modernas não possuem bastante vitalidade para impor ou defender as técnicas democráticas de organização do poder” (Fernandes, 2008, p. 133).

Ocorre que há relativa conexão entre a irracionalidade e o conservadorismo. Ambos se fortalecem reciprocamente, estabelecem bases de mandonismo e definem diagnósticos conservacionistas e de culpabilização sobre a matéria-prima do Serviço Social, a qual é a questão social, além de definir o papel e a função do Estado diante dela (Iamamoto; Carvalho, 2014; Souza, 2020). Além disso, as funções do conservadorismo “abrasileirado” imprimem o impasse político-ideológico posto diante das tentativas de avanço e das manifestações dos circuitos sociais insatisfeitos com a processualidade civilizatória nacional.

Nos últimos anos, especialmente entre 2018 e 2022, a classe trabalhadora se deparou (como ainda se depara) com grandes desafios no enfrentamento do conservadorismo e de sua ideologia-política, sobretudo num contexto político, social e econômico marcado pelo aumento da precariedade e da flexibilidade das condições e relações de trabalho; pelo crescimento da informalidade; pela tendência crescente da plataformização do trabalho no tempo histórico da chamada indústria 4.0; além do crescente desemprego e do cerceamento de direitos sociais e trabalhistas.

³ Partes da obra “O poder da ideologia” do István Mészáros (2004), disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/826870/mod_resource/content/1/MESZAROS.%20O%20poder%20da%20ideologia%20%28pp.%2011-27%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

Atualmente, a luta que a classe trabalhadora tem empreendido no Brasil é majoritariamente referente à defesa da permanência de direitos sociais que conseguiram — mediante muita resistência por parte da sociedade civil progressista — atravessar o governo Bolsonaro. Em contraposição, o conservadorismo e sua ideologia-política têm alçado voo junto da extrema-direita, a qual o mantém como guardião do seu projeto societário (Barroco, 2022).

É significativo destacar que o combate ao conservadorismo não está apenas relacionado à realização de mudanças nas mais “simples” relações sociais, já que a luta contra ele demanda transformações profundas em todas as esferas sociais, sobretudo nas representativas da sociedade civil que, durante os anos de gestão do governo Bolsonaro, foram majoritariamente ocupadas pela extrema-direita reacionária e conservadora, representada pela bancada parlamentar da “bíblia”, da “bala” e do “boi”. E que tiveram como principal apoiador de suas práticas e deliberações reacionárias e conservadoras a figura de Bolsonaro.

Para Pereira *et al.* (2021), o ingresso de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi decorrente da permanência de setores conservadores presentes nas instituições representativas da sociedade civil desde o golpe militar de 1964. Para a autora, esses setores vêm empreendendo ações reacionárias e restauradoras na perspectiva de barrar o projeto revolucionário da classe trabalhadora que havia prosperado junto aos avanços sociais nos primeiros governos petistas. Contudo, o resultado indesejado obtido por esses setores foi, sobretudo, o baixo rendimento em lucratividade, já que Bolsonaro “não mirou no aumento dos lucros do capital ou na solidificação de valores conservadores tradicionais” (Pereira *et al.*, 2021, p. 8). Já para Bolsonaro, os efeitos inesperados de sua contraposição de projetos desembocaram na perda de apoio e força política na sua tentativa de reeleição em 2022. Para a classe trabalhadora, os efeitos desse jogo sádico de interesses desencadearam a difusão e a legitimação social do chamado neoconservadorismo de feições neoliberais (Barroco, 2022).

Em Barroco (2022), podemos inferir que a constituição do neoconservadorismo representa uma tentativa de atualização de fenômenos históricos utilizados pelo capitalismo para manter suas bases de produção e reprodução operando. Se o conservadorismo desenvolvido no Brasil resultou de amálgamas políticas e ideológicas da junção de elementos fascistas e bonapartistas, o neoconservadorismo, por outro lado, conservou tais elementos e agregou outros, pois o neoconservadorismo se “consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo” (Barroco, 2022, p. 13). Segundo a autora, “do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal” (Barroco, 2022, p. 13). Já do neoliberalismo, “conservam-se a não

interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais” (Barroco, 2022, p. 13).

Contudo, mesmo com o término do governo Bolsonaro, o conservadorismo e algumas características de sua nova versão permanecem vigentes no cotidiano das relações sociais, pois os setores conservadores que apoiaram a candidatura de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República não foram suprimidos ou eliminados com a derrota do candidato na tentativa de se reeleger em 2022. Os setores conservadores presentes na sociedade brasileira foram fortemente beneficiados tanto politicamente quanto ideológica e economicamente enquanto perdurou a gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Atualmente, esses setores se concentram em três principais esferas da sociedade:

1. No religioso. O grande crescimento de igrejas pentecostais e neopentecostais revitaliza as práticas conservadoras e reacionárias na perspectiva de inibir avanços da modernidade ao impor uma percepção de mundo por lentes heurísticas, negando a ciência, naturalizando a desigualdade e enaltecendo a ordem e os “bons costumes” tradicionais que são enviesados de preconceitos, discriminações e intolerâncias (Barroco, 2022).
2. Nas forças militares. As forças militares exercem papel axial na preservação da ordem burguesa e da cultura conservadora. As ações empreendidas pelas forças militares não visam mediar conflitos, tampouco restaurar a convivência social. Ao contrário, elas são operacionalizadas para “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas [...] através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário” (Mandel, 1982, p. 334).
3. Nas propostas neofascistas. As quais visam incorporar discursos de ódio, intolerância, defesa de um nacionalismo radical e o uso da força e da violência no circuito social e econômico, além de enaltecer determinada raça simultaneamente ao extermínio de outras. Nessas propostas, os setores conservadores “encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma o lugar da solidariedade; em que a barbárie dissemina o ódio e a desumanização; em que a brutalidade passa a ser virtude política e o irracionalismo apela aos piores instintos e às reservas de animalidade que brotam no indivíduo, na sociedade capitalista” (Barroco, 2022, p. 13).

Mesmo o país experimentando poucas progressões e muitas convulsões políticas dramáticas, relacionadas a mudanças de produção econômica de baixo desenvolvimento

interno, mas de alta rentabilidade externa após 1930, que se agravaram com a instalação de uma ditadura que reorientou a organização e as polarizações do poder na sociedade brasileira em 1937, subseqüentemente, desemborcando numa “renovação” da “democracia” liberal-conservadora, somada ao suicídio de um presidente eleito e a renúncia de outro, que gestou uma experiência parlamentarista efêmera e extemporânea, mas também uma conspiração civil com apoio militar que redundou num golpe de Estado contrarrevolucionário e na implementação de um regime militar autoritário em 1964, o qual reatualizou o substrato material, político e ideológico que fez crescer a autocracia burguesa e conservadora que perdura até os dias atuais, é possível perceber que o conservadorismo nessa processualidade histórica-civilizatória não deu trégua; ao contrário, contribuiu significativamente para manter a organização da estrutura de classes no Brasil, em patamares que facilitou, em todos os níveis e em todos os momentos históricos do país: a absorção dos “progressos” pelos setores sociorraciais, políticos e economicamente dominantes (Fernandes, 2008; Souza, 2020).

Nesse caso, é fundamental reconhecer “que o conservadorismo como forma de pensamento [político e ideológico] e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras” (Yazbek, 2020, p. 300). Sua notoriedade se espalha em todos os âmbitos das relações sociais, garantindo a inviolabilidade de mudanças estruturais capazes de erradicá-lo. Por isso, o conservadorismo ainda se apresenta no Serviço Social, mesmo havendo intencionalidade de rompimento com ele por parte da categoria profissional. Portanto, é necessário não vilipendiar, tampouco negligenciar a existência do conservadorismo nas relações sociais que se forjaram no país, muito menos desconsiderar sua incidência no Serviço Social, majoritariamente viabilizada a partir dos espaços do exercício profissional.

Conservadorismo e sua incidência no Serviço Social via espaços sócio-ocupacionais

Preliminarmente, [parto] do entendimento de que as demandas postas no cotidiano profissional têm requisitado ações cada vez mais imediatas, fragmentadas, heterogêneas e superficiais aos assistentes sociais, e que as políticas sociais [e públicas, as quais são campos da] intervenção dos profissionais, carregam contradições inerentes à sua própria natureza. É importante também situar que, num contexto de crise estrutural do capital, a lógica neoliberal – vista como saída à crise – adentra e interfere consideravelmente nas relações de trabalho dos assistentes sociais, pois com vínculos precários, baixa remuneração, desemprego e condições mínimas para o exercício profissional, muitos assistentes sociais acabam por acatar determinações que são contrárias aos princípios da profissão. Os espaços sócio-ocupacionais, enquanto instituições que possibilitam a atuação dos profissionais, também [são] composto[s] por interesses diversos e expressa[m] muitas das vezes determinações contrárias aos princípios profissionais. Assim,

os assistentes sociais inseridos na saúde, educação, assistência social, sociojurídico e outras áreas enfrentam dilemas diversos quando optam pelo projeto crítico da profissão [contrário ao conservadorismo] (Moura, 2019, p. 114).

Os espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais se apresentam como ambientes contraditórios, ora representando avanços, ora retrocessos. São pensados, elaborados e desenvolvidos pelo Estado (e pelo empresariado), mediante exigências e lutas da classe trabalhadora, para oferecer mínima cobertura e assistência social e máxima proteção empresarial, já que têm como uma de suas finalidades gerarem aquietamento social. Eles são produtos da efetivação e da execução de políticas públicas e sociais, desenvolvidas para responder aos agravos sociais produzidos pelas desigualdades e explorações do sistema capitalista e assim produzir, a curto e médio prazo, controle e apaziguamento entre burgueses e operários. Por outro lado, segundo Iamamoto (2009), os espaços sócio-ocupacionais se constituem enquanto ambientes para realização da venda da força de trabalho do profissional como tal.

Segundo Iamamoto (2009),

O exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (Iamamoto, 2009, p. 8).

O profissional do Serviço Social, ao ser inserido nos espaços operacionais das políticas públicas e sociais — Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), hospitais, instituições públicas de ensino básico ou superior, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mas também nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASFs), etc. —, é recrutado pelo Estado para atuar na mediação de direitos; na prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública ou privada, seja direta ou indiretamente; na resolução de possíveis problemas que possam surgir entre os usuários e as instituições públicas e sociais que dispõem de programas, projetos, serviços e benefícios constitucionalmente garantidos; mas também na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais, conforme as diligências das competências profissionais dispostas no Art. 4º da Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual regulamenta a profissão.

Sua inserção e exercício profissional são permeados por contradições próprias das instituições empregadoras, devido ao paradoxo funcional que as constitui enquanto espaços institucionais expressivos de contradições sociais (Iamamoto, 2009). Não obstante, é importante lembrar que o surgimento do Serviço Social brasileiro esteve associado à mundialização da matéria-prima de sua intervenção profissional, as quais são as expressões da questão social que se generalizaram a partir do desenvolvimento e mundialização do sistema capitalista, mais precisamente em seu estágio imperialista, pelo que se pode inferir de Netto (2011).

Foi particularmente no imperialismo que as desigualdades entre os vários segmentos sócio-raciais se agudizaram e ganharam generalidade no país, com destaque especial para a pauperização da classe trabalhadora, acrescida tanto pela concentração de riquezas quanto pela relação desigual e exploratória entre burguesia e operariado oriunda do sistema capitalista (Netto, 2011). Cabe destacar, rapidamente, que

não existe uma relação direta e imediata entre Serviço Social e questão social [...]. A relação existente é de natureza mediata em face das determinações históricas da existência e reprodução da profissão que se materializam nas demandas do Estado, do setor privado mercantil ou não e dos movimentos e organizações sociais e populares via obtenção ou execução de meios que permitam o enfrentamento das expressões da questão social (Mota, 2012, p. 34).

Ao destacar essa natureza mediata entre Serviço Social e questão social, seja pelo setor público ou privado, viso enfatizar que não há uma inerência orgânica entre a profissão e a questão social. Em poucas palavras, não é o Serviço Social que cria ou mantém a questão social vívida e latente, tampouco será o Serviço Social e os seus agentes profissionais que o constituem que irão erradicá-la isoladamente. A questão social é um dos principais problemas produzidos pelo capitalismo e só a classe trabalhadora internacionalizada e mundializada conseguirá, coletivamente, destruí-lo.

No Brasil, a questão social ganha maior notoriedade a partir de 1930, muito associada aos agravos sociais produzidos pelas tentativas de consolidação do mercado capitalista, pela escassez de postos de trabalho para a classe trabalhadora nativa e nacionalizada compulsoriamente⁴ e pela insalubridade da vida, mas também pela “expansão do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 77).

⁴ Leia-se aqui a população africana escravizada e mantida no país contra sua vontade.

Para o setor conservador, a questão social foi percebida e interpretada como simples episódio epidérmico, sem importância. Reivindicada como fenômeno natural, convertida em objeto de ação moralizadora (Netto, 2011). Para esse setor,

O enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, *a propriedade privada dos meios de produção. [...] trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.* Tem-se aqui, obviamente, *um reformismo para conservar* (Netto, 2011, p. 115).

A negligência da questão social pelos setores conservadores da sociedade brasileira foi sistemática e deliberadamente bem montada e inteligentemente arquitetada para interpretar as contradições, problemas e desigualdades que são próprias do sistema capitalista como sendo provenientes dos limites de cada indivíduo. Esses setores se utilizaram da culpabilização do sujeito diante da situação-problema para negar o *ethos* da questão, ao reivindicarem lógicas conservadoras e meritocráticas, além de vilipendiar o problema nos seus diversos níveis, desvinculando-o da dinâmica dicotômica produzida pelas explorações e expropriações do sistema capitalista.

Obviamente, tais ações ocultam o real interesse por trás delas: impedir ou limitar a classe trabalhadora de acessar direitos sociais e, com isso, restringir a sociabilização dos recursos públicos. É uma tática dos setores conservadores de impossibilitar que a classe trabalhadora consiga alterar profundamente a estrutura das relações sociais, econômicas e políticas desiguais entre burgueses e operários. Táticas como essa foram bastante empreendidas e facilitadas pela implementação de variadas categorias profissionais, como o Serviço Social, junto aos serviços públicos e sociais, pela perspectiva burguesa de preservar inviolável a estrutura contraditória entre as classes sociais. Neste caso, é possível cogitar que as circunstâncias impostas pela burguesia conservadora sobre o Estado em relação ao trato da questão social podem incidir, direta ou indiretamente, no exercício profissional de assistentes sociais a partir das condições e relações desfavoráveis para a execução do labor profissional nos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas e sociais, podendo gerar restrições e barreiras diante da operacionalidade dos serviços e direitos sociais para a população.

Nesse ínterim, cabe sublinhar que as primeiras intervenções de assistentes sociais no país, por exemplo, caracterizavam-se por práticas conservadoras e associadas aos interesses do modo de produção capitalista, sobretudo a partir de 1930. Martinelli (1989) descreveu o caráter das ações realizadas pelos agentes profissionais anteriormente ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano⁵, como:

⁵ Em poucas palavras, o assim denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano

[...] práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico, [...] [marcadas] ainda por uma intensa dessolidarização da categoria profissional, que [incidiram] tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais (Martinelli, 1989, p. 121).

Nas “[...] primeiras experiências em Serviço Social [...]”, diz Iamamoto e Carvalho (2014, p. 207) “[...] os assistentes sociais atuaram, em geral, na racionalização dos serviços assistenciais ou na sua implementação [...]”, mediante práticas laborais que foram notadamente influenciadas pelo conjunto ideológico e formativo do Serviço Social de cunho positivista, filantrópico, fenomenológico e católico-conservador, denominado pela categoria profissional como protoformas do Serviço Social brasileiro, as quais foram responsáveis por estruturar e adequar, à época, a profissão à ideologia do conservadorismo, constituindo-a como substrato do exercício profissional.

É importante destacar também que o tipo de operacionalidade do Serviço Social, de 1930 até o final da década de 1970, expressou a mais aguda incidência do conservadorismo sobre a categoria profissional, com vista a responder às demandas da burguesia mediante a incidência sobre o exercício profissional, fosse pelo conteúdo teórico/político orientador da intervenção profissional antes e um pouco depois de 1960 (positivista e fenomenológico), ou posteriormente a essa década, com a modernização e reatualização do conservadorismo no interior da profissão até o desencadeamento da intenção de ruptura com o conservadorismo, a qual ganha maior notoriedade em 1979, com o Congresso da Virada⁶.

Embora o Serviço Social tenha buscado gerar mudanças na direção do seu fazer profissional durante e após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, com objetivo de romper com as influências do tradicionalismo conservador; afastando-se da fenomenologia, do positivismo e do ideário católico-conservador através da aproximação sucessiva com a tradição marxista e pela construção de um Projeto Ético-Político — o qual representa a síntese entre o Código de Ética da profissão, as Diretrizes Curriculares e a Lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/93) — voltado a defender os interesses da classe trabalhadora, bem como buscar contribuir na edificação e permanência de um modelo de sociedade cada vez mais igualitário, livre e plural (Netto, 2010); a categoria profissional, apesar disso, ainda se depara com situações contrárias aos interesses da classe trabalhadora, as quais, muitas das vezes, ferem os princípios norteadores da profissão mais relacionados ao exercício

buscou gerar “[...] condições para uma renovação da [profissão] de acordo com suas necessidades e interesses” (Netto, 2010, p. 129).

⁶ Foi durante o Congresso da Virada, no ano de 1979, que a perspectiva de ruptura com o conservadorismo ganhou maior repercussão no interior da categoria profissional. Ver mais em Netto (2010).

profissional, por se transformarem em requisições da burguesia, impostas sobre o exercício profissional via instituições empregadoras, as quais são notadamente impregnadas de ideologias preservadoras e restauradoras do *status quo*, por não serem desenvolvidas mediante perspectiva de superação da exploração do trabalho pelo capital.

É importante destacar que muitas das demandas requisitadas pelas instituições empregadoras aos assistentes sociais acabam se sobrepondo às demandas reais da população, colocando o profissional em um dilema histórico, o qual desencadeia contradições na profissão e no exercício profissional, permanecendo os profissionais, dessa forma, numa espécie de “contínuo hiato operacional”, já que as políticas sociais e os espaços sócio-ocupacionais nos quais os agentes profissionais estão inseridos e as

Ações públicas são instâncias em que se refletem interesses contraditórios e, portanto, espaços de lutas e disputas políticas. Por um lado, eles dispõem de potencial para fazer avançar o processo de democratização das políticas sociais públicas. Por outro lado, [...] podem ser capturados por aqueles que apostam na reiteração do conservantismo político, fazendo vicejar as tradicionais práticas clientelistas, o cultivo do favor e da apropriação privada da coisa pública segundo interesses particularistas, que tradicionalmente impregnaram a cultura política brasileira (Iamamoto, 2009, p. 361).

Isso porque os espaços de atuação profissional congregam contradições que incidem tanto sobre os assistentes sociais quanto sobre outros profissionais, e que podem reverberar possivelmente em prejuízos para a sociedade civil. Embora constituam o resultado das disputas das classes sociais e conquistas da fração operária, os espaços sócio-ocupacionais representam, no fim e ao cabo, ações diretas do Estado (e indiretamente do empresariado) diante da questão social e das lutas da classe trabalhadora. Para Yamamoto (2009), por serem de natureza contraditória, os espaços sócio-ocupacionais se constituem como ambientes laborais cujos profissionais neles inseridos convivem com os impactos das tensões de classes (Iamamoto, 2009).

Desta forma,

O espaço do [exercício] profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade (Iamamoto, 2009, p. 4).

Já que os campos de atuação dos profissionais de Serviço Social são um dos principais espaços de disputa entre burgueses e operários pelo domínio da “coisa pública” (Iamamoto, 2009), além de serem ambientes laborais cujas tendências conservadoras, arcaicas, autoritárias, burocráticas, alienadas, tradicionalistas, preservadoras e restauradoras se mantêm. Seja pela via da redução da universalidade das ações e serviços de saúde provocada pelo neoliberalismo. Seja

pela seletividade assistencial mediada a partir do nível de renda, o qual é utilizado como um dos parâmetros para acessar serviços, projetos, programas e benefícios da política de assistência social. Isso sem destacar de maneira aprofundada os agravos produzidos pela obrigatoriedade da contribuição à previdência social como regra geral, para, posteriormente, usufruir da cobertura dela em uma sociedade com alto índice de desemprego.

Cabe recordar as contrarreformas do Estado iniciadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1990, mantidas pelos governos petistas, perpetuadas no governo Temer e agudizadas no governo Bolsonaro, as quais intensificaram a redução de direitos e serviços sociais viabilizados pelas políticas públicas e sociais, a serem efetivados mediante as intervenções de profissionais atuantes nas mesmas.

[Acerca da temática], Behring (2008) destaca que as limitações do Estado ao social, efetivadas em decorrência de uma angulação maior de amparo estatal aos interesses burgueses, são decorrentes da diminuição da proteção social gerada pela tentativa da reestruturação acumulativa após a introdução do modelo neoliberal no país, o qual atingiu, a partir de 1990, não só as políticas públicas e sociais, mas as condições e relações de trabalho, sobretudo nos espaços de trabalho público que empregam assistentes sociais (Eufrazio, 2022, p. 4).

São circunstâncias que imprimem limitações postas frente à efetivação de direitos sociais que, direta ou indiretamente, incidem sobre os agentes profissionais, inseridos tanto naqueles destacados acima quanto em outros espaços sócio-ocupacionais, ocasionando, desta forma, uma latência da relativa autonomia profissional provocada tanto pelas instituições empregadoras quanto pela política-ideológica do conservadorismo presente nelas. A qual esteve significativamente operante no governo Bolsonaro, influenciando ideias, valores, crenças e objetivos da população em geral, como também modificando disposições legais com vista a reduzir direitos sociais, como ocorreu com as leis trabalhistas e com a previdência social. Neste caso, é possível sugerir que uma das formas que o conservadorismo utiliza para incidir no Serviço Social é via espaços sócio-ocupacionais, já que esses, assim como as políticas públicas e sociais que os efetivam e os regulamentam, são permeados por contradições próprias à sua natureza.

Os espaços sócio-ocupacionais permeados de conservadorismo geram no Serviço Social complicações que impactam tanto nas condições quanto nas relações de trabalho. A partir disso, o conservadorismo e sua ideologia-política passam a afetar mais fortemente o chamado estatuto profissional do Serviço Social e, por determinação, os princípios norteadores do exercício profissional. O que orienta tal hipótese é que o conservadorismo é e sempre será: “alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (Boschetti, 2015, p. 639).

A repercussão do conservadorismo sobre os princípios norteadores do exercício profissional de assistentes sociais através dos espaços sócio-ocupacionais não visa rebobinar necessariamente a profissão às suas protoformas tradicionais, mas conservar preliminarmente o sistema de classe intocável através da imposição de limitações diante dos avanços da classe trabalhadora e do cerceamento dos direitos sociais.

No campo da economia, o atual contexto de crise capitalista tem revitalizado princípios, ações, medidas e valores conservadores para limitar a socialização da riqueza produzida pela classe trabalhadora, na perspectiva de encontrar saídas para a crise através da expropriação do fundo público. Soma-se a isso o incentivo ao empreendedorismo vinculado à redução do papel do Estado e à diminuição de recursos orçamentários a serem destinados para a efetivação e para a garantia de direitos sociais, cada vez mais fragilizados pelo processo de mercantilização dos serviços públicos e sociais. Para Boschetti (2015), “todas essas medidas estiveram largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, [alimentando] a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores” (Boschetti, 2015, p. 640).

Em relação ao Serviço Social, mais precisamente aos princípios norteadores do exercício profissional, essas medidas têm afetado mais fortemente duas disposições do Código de Ética Profissional:

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012, p. 24) e;
- Disposição de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional (CFESS, 2012, p. 31).

No campo social, as funções superestruturais desempenhadas pelo Estado⁷ em função da manutenção das condições de produção e reprodução da sociabilidade capitalista não apenas têm gerado vilipêndio e negligência das expressões da questão social, como as têm intensificado. A série de problemas entorno das condições e relações de trabalho; a mercantilização da educação somada ao aligeiramento nos processos formativos; a fragilidade nas ações e serviços de saúde pública vinculado ao crescimento da procura por planos de saúde privados; os baixos valores dos benefícios previdenciários e as precárias condições de moradia e saneamento básico acabam desencadeando rupturas nas proposições da cobertura social e na Seguridade Social, afetando drasticamente a classe trabalhadora (Boschetti, 2015). Sobre o

⁷ Em Mandel (1982), é possível apreender três principais funções superestruturais desempenhadas pelo Estado em favor do capitalismo: 1 - criar condições gerais de produção e reprodução; 2 - reprimir qualquer ameaça às classes dominantes; 3 - garantir a incidência da ideologia da classe dominante sobre a dominada.

Serviço Social e sobre os princípios norteadores do exercício profissional, o desempenho das funções superestruturais realizadas pelo Estado para manter intacta a sociedade burguesa dificulta os assistentes sociais em promover:

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 2012, p. 23);
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2012, p. 23);
- A equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 2012, p. 23);

No campo ideológico, o crescimento do fundamentalismo; a intensificação do preconceito, da discriminação, da intolerância contra religiões de matriz africana; o crescente do nível de violência letal contra negros, mulheres e população LGBTQ+ (BOSCHETTI, 2015), somado à presença de setores conservadores nas instituições representativas da sociedade civil e nas de deliberação de políticas públicas e sociais têm requisitado dos assistentes sociais um empenho grandioso na “eliminação de todas as formas de preconceito, [ao buscarem incentivar] o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012, p. 23).

Considerações finais

Nesse breve trabalho, visei tecer análises para identificar se ainda há a incidência do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, reconhecendo sua existência. Admitir sua presença não significa refutar, tampouco diminuir os avanços conquistados e produzidos pela categoria profissional, tanto internos quanto externos à profissão.

Além disso, considero que, embora a profissão tenha se estabelecido sobre bases conservadoras, elas necessariamente não são mais o conteúdo da intervenção dos agentes profissionais. Contudo, faz-se necessário reconhecer que tal fenômeno ainda incide sobre o exercício profissional, já que os assistentes sociais exercem suas intervenções laborais em um circuito social e institucional no qual há a presença do conservadorismo.

O conservadorismo continua repercutindo negativamente no Serviço Social, sobretudo por interferências das instituições empregadoras impregnadas de conservadorismo, o qual se apresenta nos espaços sócio-ocupacionais que empregam assistentes sociais, ocasionando dificuldades na qualidade do exercício profissional de assistentes sociais comprometidos com

os interesses da classe trabalhadora.

Embora haja intencionalidade por parte da categoria profissional em romper efetiva e definitivamente com o conservadorismo, cogito que isso só será possível quando ocorrer o fenecimento do sistema de classes capitalista, porque é o próprio sistema de classes que mantém vívido o conservadorismo como determinação política e ideológica de preservação do sistema capitalista e da divisão da sociedade em classes distintas e antagônicas. Ou seja, há uma reciprocidade entre conservadorismo e capitalismo, donde ambos se fortalecem mutuamente.

Para concluir, ressalto: é necessário que a categoria profissional, assim como a sociedade civil e, principalmente, alunos de graduação e Pós-Graduação, reconheçam que o Serviço Social, enquanto profissão eclodida na sociabilidade capitalista, não domina a potencialidade, tampouco o poderio de eliminar o respectivo sistema econômico. O Serviço Social, isoladamente, não será a lança que impedirá o capitalismo de se reerguer após momentos de estagnação, tampouco a pedra que atrapalhará seu avanço, muito menos a substância química que irá corroê-lo. O Serviço Social e os seus agentes profissionais fazem parte de um conjunto de operários que vivem sob a égide do capitalismo e qualquer pensamento ou prospecção que reduza o sentido de coletividade revolucionada, endeusando uma profissão ou demonizando-a, não passa de mera alienação.

Referências bibliográficas

- BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- Brasil. CFESS. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- EUFRAZIO, Francisco Flavio. *Contribuições ao debate do Serviço Social na política previdenciária em tempos de contrarreforma*. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000038.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. - 5. ed. rev. - São Paulo: Global, 2008.
- Fernandes, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço uma interpretação histórico-metodológica*. 4. ed. São Paulo/Lima: Cortez/Celats, 2014.

- IAMAMOTO M. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 30 ago. de 2023.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. - São Paulo: Abril Cultural. 1982.
- MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MÉSZÁROS, Istevan. *A crise estrutural do capital*.- 2. ed. rev. e ampliada.- São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, Istevan. *O poder da ideologia*. (2004). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/826870/mod_resource/content/1/MESZAROS.%2000%20poder%20da%20ideologia%20%28pp.%2011-27%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.
- MOTA, Ana Elizabete. Questão Social, pobreza e Serviço Social: em defesa da Perspectiva Crítica. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. *O avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MOURA, H. C. E. (2021). Configurações do conservadorismo no Serviço Social brasileiro: breves aproximações da realidade contemporânea. *Serviço Social Em Debate*, 2(2). Recuperado de: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4276>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. - 15 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*; – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- PEREIRA, Camila *et. al.* Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-11, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39228>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- RODRIGUES, Mavi. “O estruturalismo e a miséria da razão”: bases para uma crítica a Foucault”. In: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serv. Soc. Soc.* (122) • Apr-Jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo* [recurso eletrônico] / Jamerson Murillo Anuniação de Souza. – Recife: Ed. UFPE, 2020.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo*. Revista *Libertas*, v. 20 n. 2, (jul/dez 2020). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: 07 ago. 2023.